



JOSÉ DIRCEU

O PT e o Socialismo¹

José Dirceu²

Como o José Correa apresentou uma visão do socialismo com a qual eu concordo, vou, então, destacar algumas questões que considero como problemas que o PT vai ter que enfrentar, nos próximos meses ou anos.

De certa maneira o PT tem definido o que é o socialismo, inclusive em resoluções de encontros nacionais. O que o PT não tem é uma estratégia política para a luta pela tomada do poder e para a construção do socialismo e isto é algo mais complexo do que definir o que é o capitalismo ou o que é o socialismo.

O que é mais grave é que o PT não tem uma compreensão da formação histórica e econômica do Brasil e do momento histórico que estamos vivendo, de quais seriam as tarefas que nós teríamos que dar conta neste momento. Não sabemos quais os objetivos, a curto e médio prazos, que os capitalistas têm para o Brasil e para a América Latina. Se não tivermos essa compreensão e não conhecermos a fundo estas questões, não vamos poder estabelecer um caminho estratégico de atuação ou definir quais são os instrumentos para a tomada do poder e para a construção do socialismo.

O grau de desenvolvimento capitalista que o Brasil atingiu e que a economia e a indústria brasileira apresentam, indicam que, além do modo de produção econômico, o capitalismo no Brasil foi capaz de desenvolver formas de dominação de classe tanto ao nível da coerção, do aparelho de

-
1. Debate com José Correa Leite, ocorrido a 19 de Julho de 1987, no escritório político do deputado federal Florestan Fernandes em São Paulo. Revisão para publicação – *copydesk* – com base na transcrição feita por Tânia.
 2. Deputado Estadual e Secretário Geral do PT São Paulo.

estado, através do aparelho repressivo e dos papéis que desempenham as forças armadas e os órgãos policiais-militares de controle e repressão, tais como o Serviço Nacional de Informações (SNI); como também ao nível dos mecanismos de cooptação e de adequação ideológica, de exercício da hegemonia, dos quais a Rede Globo é símbolo e que se refletem, por exemplo, no papel que desempenha a imprensa escrita e falada no Brasil.

O Brasil é uma sociedade que teve um processo de modernização conservadora, onde, apesar da existência de um mercado de trabalho nacional e de uma classe operária muito desenvolvida, coexistem formas pré-capitalistas de exploração, grande parte da população é marginalizada e desorganizada dos pontos de vista social e político.

Com uma classe operária organizada convive uma multidão desorganizada de subempregados, micro proprietários, camadas médias etc; classes ou fração de classes emergentes ou sobreviventes dessas formas pré-capitalistas de exploração.

Em função do nível que o desenvolvimento capitalista atingiu e da contradição latente que existe em nossa sociedade, acredito que não há nenhum outro país na América Latina, em condições históricas para realizar uma revolução socialista, apesar da correlação de forças nos ser desfavorável.

Como vocês sabem, não somos contra o capitalismo apenas porque ele produz desigualdades econômica e social, dominação e opressão, mas também, porque o socialismo é uma forma de organização da sociedade historicamente superior ao capitalismo.

Mesmo o socialismo real, burocrático, ou qualquer que seja o nome que lhe deem, é superior ao capitalismo. Comparadas com os países capitalistas, a organização social de alguns países socialistas, mesmo dependendo recursos grandiosos de forma ineficiente, demonstram que o socialismo é superior ao capitalismo na igualdade econômica, social e política que estabelece na sociedade.

Aliás, nessa questão de ineficiência de alguns países socialistas é preciso considerar o volume da doutrinação ideológica da direita que, apesar de saber que isso não é realidade, para sua sobrevivência, tem que continuar impondo o seu discurso de louvor à economia de mercado e ao capitalismo, contra o socialismo. Nós sabemos que esta superioridade do capitalismo em relação, mesmo, com o socialismo burocrático, não é uma realidade histórica.

Na verdade, mesmo com dispêndios grandiosos e até ineficientes de recursos, os países socialistas, em setenta anos, não chegaram a

queimar trinta por cento dos recursos que em muitas décadas de capitalismo monopolista, os países capitalistas eliminaram em riquezas e capitais, a cada crise. Basta verificar os exemplos das duas grandes guerras mundiais, para sabermos o quanto o capitalismo destrói e queima, em riquezas e vidas humanas, em comparação com os mais graves erros da economia socialista. Isto mostra, por um lado, a grande diferença histórica entre os dois regimes e, por outro, nos ajuda a não cairmos numa visão idealista do socialismo, pois a história vem se constituindo há muitos séculos e nós estamos inseridos nela a partir de uma determinada fase.

Acredito que a questão de compreendermos que, no Brasil, um partido político como o PT precisa definir uma estratégia para a tomada do poder e para a construção do socialismo e definir, conseqüentemente, uma política de alianças, talvez sejam as coisas mais importantes para debatermos sobre o socialismo.

No Brasil, ainda não existe, seja no campo dos trabalhadores, seja no das camadas médias – que não se identificam como classe capaz de construir o socialismo – um projeto formulado ou definido de tomada do poder ou um projeto socialista para a sociedade. Quem tem um projeto claro e definido para o país é a burguesia. Apesar de suas muitas contradições, ela sabe bem o que quer para si e o que pretende para o Brasil. Nós é que não temos, ainda, um projeto definido.

Por outro lado, como não somos um partido com acúmulo de forças suficiente para colocar a tomada do poder na ordem do dia, temos que compreender o que esta situação significa.

Temos que entender o que significa a nossa participação no processo de exercício de parcelas do poder no Brasil. Temos que entender o que é tentar explicitar as contradições e diminuir as desigualdades sociais através da gestão parlamentar ou do exercício do governo no estado burguês. Temos que compreender claramente, o papel que tem o parlamentar no processo de exercer o poder, porque todo o partido pode ser levado a exercer o poder, à medida que tem parcelas de poder no aparelho de estado burguês.

A questão de uma política de alianças é importante porque a pequena burguesia industrial, comercial e agrícola, no Brasil, é uma aliada nossa, não só porque pretendemos, durante o processo de tomada do poder, tirá-la da hegemonia da burguesia, ou da influência da União Democrática Ruralista (UDR), ou do PMDB, ou, ainda, porque queremos defendê-la contra o capitalismo monopolista, mas, fundamentalmente, porque podemos estabelecer com ela uma aliança estratégica no socialismo.

Uma aliança que será necessária para a gestão de governo socialista, após a tomada do poder, em função das características da formação socioeconômica do Brasil, desde seu início.

Após a tomada do poder, a viabilidade e a eficiência da gestão do governo socialista no país, vão depender, em primeiro lugar, de como e em que circunstâncias ocorrerá a tomada do poder no Brasil.

Podemos tomar o poder com uma indústria destruída por causa de guerra civil ou de uma guerra externa de agressão ao país, ainda em construção revolucionária, ou podemos tomar o poder com a indústria modernizada. Podemos ter condição, tanto de dobrar três vezes em cinco anos a produção agrícola e alimentar a população, quanto podemos encontrar uma agricultura destruída.

De qualquer maneira, no entanto, em função da formação e das características da economia brasileira, será impossível distribuir riqueza, alimentar a população, colocar a indústria brasileira existente para funcionar, estatizando de pronto as pequenas e médias empresas industriais e comerciais.

Não há partido ou administração pública estatal socialista que consiga fazer isso. A não ser que façamos, no Brasil, uma revolução sem perdas humanas, sem destruição material, com um partido apoiado por sessenta milhões de pessoas, com sindicatos reunindo vinte milhões de pessoas, porque nesse caso, contaremos com uma capacidade social de produção intelectual, de gerenciamento e de administração econômica que poderá começar a expropriar setores pequenos e médios de produção mercantil.

Se são eliminadas as pequenas e médias empresas industriais, comerciais e agrícolas existentes, o estado terá que produzir e suprir a sociedade dos bens e serviços que elas oferecem à população. Imaginem, então, após a tomada do poder, todos os bares, todos os cabeleireiros, todos os sapateiros. Ou mesmo a pequena produção de alimentos, confecções e calçados estatizados, socializados?

Acontece que o estado terá que investir os recursos em prioridades. Num país como o Brasil, dentro de um processo revolucionário em que se acabou de tomar o poder, a primeira coisa que o povo vai querer é a roupa, a comida, a escola e o hospital. Estas são as prioridades. Se estas não forem atendidas, não vai interessar quem é o governo, se do PMDB, do PC, do PT; pode até ser socialista, o povo ficará contra o governo.

Como a revolução resgata a opressão, da humilhação, da indignidade, da vida sob o capitalismo, grandes parcelas de trabalhadores e da população, sempre há um apoio, um crédito muito grande ao novo

governo, mas demora muito mais para mudar a correlação de forças e a consciência política dos trabalhadores e, é por isso, que se cometem tantos erros durante a revolução e os trabalhadores demoram a se voltar contra isso.

Mesmo havendo um crédito muito grande que dá uma margem de tempo ao governo socialista, após a tomada do poder, é inconcebível pensarmos a gestão da economia socialista de transição, no Brasil, sem uma aliança com a pequena burguesia comercial, industrial e agrícola e, até com setores da média burguesia, principalmente a industrial e com alguns países capitalistas – dependendo das condições da nossa revolução – e, principalmente, com os países socialistas.

Apesar de todos os problemas da União Soviética e de outros países socialistas, esses países, do meu ponto de vista, tem um papel revolucionário na vida dos trabalhadores, a nível internacional. Basta ver a Nicarágua, que recebe solidariedade da União Soviética e de todos os países socialistas, inclusive da Polônia.

Nessa busca de alianças, vamos ter também que incluir os PCs e outros partidos e isso é muito mais difícil de se discutir no PT. Porém, se nós queremos um socialismo que não é aquele de partido único, que não é o burocrático; que não é aquele do sindicalismo atrelado ao estado, temos que compreender que não somos os únicos que representamos a classe operária. Ela tem outras representações sociais e políticas que são os PCs.

Nós temos que dar combate à política desses partidos, que muitas vezes na história do Brasil, principalmente o PCB, mantiveram uma política que impossibilitou a independência de classe e o desenvolvimento de uma política autônoma dos trabalhadores; política autônoma esta que foi resgatada historicamente pelo PT.

A classe operária não está, toda ela, identificada no PT. Os trabalhadores tem a sua política própria e, se é tarefa nossa, antes de mais nada, garantir a independência e autonomia política e sindical da classe trabalhadora, para que se tenha a possibilidade de se construir um projeto socialista e, aí então, estabelecer alianças contra as forças sociais adversas; nessa conjuntura, cabe-nos, também, forçar esses partidos a romper com a Nova República e com os setores da burguesia que eles entendem serem progressistas e forçá-los a se alistarem conosco na luta contra Sarney e a dívida, diretas para presidente, formando, a médio prazo, um campo favorável à revolução socialista.

O que se impõe não é só a necessidade de uma política de alianças, social e estratégica, em direção ao socialismo, mas também, uma polí-

tica de alianças político-partidárias. E nós somos o partido que tem condições de dar o tom, a direção e impulsionar essa aliança, pois temos as bases social e popular que os PCs não tem mais. Basta vermos que hoje é muito difícil o PCB ou o PC do B polarizarem os trabalhadores e as camadas populares quando convocam manifestações públicas ou lançam movimentos sozinhos, como ocorre com o PT.

Na busca das necessárias alianças político-partidárias, se fizermos uma análise da conjuntura, o que não podemos fazer é submeter a nossa tática de luta e os nossos objetivos estratégicos, à política dos PCs, que é 'seguidista' em relação à burguesia, que é uma política de acordos entre classes, da mesma forma como não podemos pensar ser possível participarmos da negociação de um 'pacto social' no Brasil.

Na conjuntura que temos no Brasil, uma classe trabalhadora ou um partido de trabalhadores, que aceite fazer um 'pacto' de negociação, chegará, fatalmente à negociação de classes, porque, na correlação de forças que se apresenta, isso é inevitável.

Só se faz uma negociação de 'pacto social' quando se conta com armas na mão, ou com um exército revolucionário, quando há a insurreição, ou quando se conta com movimentos sindical e político-partidário, capazes de nos dar força para negociar com os partidos burgueses e, ao mesmo tempo, continuar o processo revolucionário, coisa que os Sandinistas conseguiram várias vezes na Nicarágua e que o Movimento 26 de Julho fez em Cuba e que outros partidos socialistas, hoje no poder, fazem e, nem por isso, deixam o caminho revolucionário – embora haja muita gente que pense o contrário – e tiveram que negociar em uma situação em que não tinham outra opção, na América do Sul.

Para mim o PT vai ter que enfrentar estas questões desde já. Nós temos que compreender melhor o que é a formação histórica e econômica do Brasil, como é que as classes sociais estão organizadas, qual é a correlação de forças e quais são as tarefas e as alianças que o PT vai estabelecer.

Eu diria que hoje, a minha preocupação está mais centrada nessas questões, porque considero importante definirmos o que é o socialismo e dentro dele o que são o partido político, o sistema – se é social ou econômico e político – como será o parlamento no socialismo etc.

Temos, também, que definir a questão da democracia, porque, no Brasil, não podemos entendê-la ou propô-la, seja como social, ou comunista, ou mesmo como liberal, ou tomá-la como socialdemocracia. No Brasil, temos que tomar a democracia como revolucionária porque, hoje, somos nós e não a burguesia, que temos interesse nela.

O governo burguês, hoje, não sustenta a democracia sequer para toda a camada burguesa da sociedade brasileira. É obrigado a cercear as liberdades políticas, principalmente, as da classe trabalhadora, não pode nos dar acesso aos meios de comunicação e à imprensa, porque o único projeto político que a burguesia tem para os trabalhadores, face à situação social e política, é o de pactuar com o seu discurso e ficar a seu reboque, no terreno dela, conforme as mudanças democráticas que ela prometeu com a Nova República e que – o que é pior para ela – agora, as massas começam a reivindicar e a se movimentar para conquistá-las pelas próprias mãos, coisa que a burguesia tem que reprimir. Isso demonstra, inclusive, que a repressão é uma lógica inerente ao sistema capitalista brasileiro.

O Brasil é um país altamente industrializado, mas que tem um grau de miséria e de opressão que é dos maiores do mundo, e em que um setor da classe operária consegue se deslocar disso e começa a se politizar e a construir um projeto político. Em função disso e, também, da lógica repressiva inerente ao sistema capitalista brasileiro, é inevitável que sejamos nós que tenhamos que levantar as bandeiras democráticas, pois é para nós que interessa isso.

Nós temos, porém, que ser consequentes em nossas propostas de democracia, ligando-as ao tipo de capitalismo que temos no Brasil, onde a autocracia, a concentração cotidiana de poder, correspondem, no plano político, à concentração de capital existente ao capitalismo monopolista vigente.

Assim sendo, a questão da democracia no Brasil, está obrigatoriamente ligada à construção socialista e à organização dos meios de produção. Não haverá democracia, em nosso país, sem o socialismo, da mesma forma como não se resolverão as questões nacional e social sem o socialismo.

Historicamente falando, o capitalismo no Brasil, tem muito que avançar e se desenvolver e crescer, na questão da luta de classe e não há revolução socialista sem luta de classes, sem choques e sem organização. Se o PT quiser avançar no projeto revolucionário, ele vai ter que tomar daqui prá frente, uma linha política de confronto com a Nova República, até porque, mesmo se não a tomar, a Nova República tomará medidas de confronto conosco e com o movimento sindical, pois sabe melhor do que nós como se irá desenvolver o movimento sindical brasileiro.

Nesse momento histórico não vejo, além do PT, nenhum outro agrupamento político que tenha possibilidade de, primeiro, truncar a transição conservadora da Nova República e garantir um nível mínimo

de vida para a classe trabalhadora e, segundo, construir aquele projeto hegemônico, onde as forças sociais irão colocar a revolução socialista na ordem do dia. E isso vai ter que ser colocado na perspectiva revolucionária. Mas como a nossa força política é, ainda, muito pequena, nós temos que saber como desenvolver esse processo, que enquanto confronto com a Nova República e com a transição conservadora, é limitado.

No caso brasileiro não será possível o PT colocar a revolução socialista na ordem do dia, no atual momento histórico, sem que se desenvolva a sua linha sindical de atuação do partido, sem construir a CUT e um movimento socialista de trabalhadores.

No Brasil e no PT, não podemos deixar que se dissemine a ilusão de que uma revolução social, ou mesmo uma revolução democrática, poderá ser feita, neste país, senão pela via revolucionária.

Se não é possível a revolução democrática, que é uma aspiração, não só dos trabalhadores, mas de amplos setores sociais e que a própria burguesia teria capacidade de realizar com as condições objetivas presentes, muito menos é possível pensar a revolução socialista por outra via que não a revolucionária, já que esta é a expropriação do poder da força material e política da burguesia e é, também e simultaneamente, a construção de um novo estado, com uma nova legalidade, com a necessidade de, no mínimo, remodelar, totalmente, as matrizes econômicas, industrial, agrícola e comercial vigentes no Brasil. É, sobretudo, fazer uma revolução técnica, tirar as massas da ignorância, acabar com a discriminação racial existente e instalar a igualdade.

Quanto à igualdade, quero dizer para vocês que não acredito muito no igualitarismo, nem na democracia total depois da revolução e da tomada do poder. Isso não existe. A revolução é um processo histórico e a revolução socialista também o é.

Dependendo do nível de desenvolvimento cultural, histórico e político do país é que teremos um maior ou menor grau de democracia e de igualdade social, política e econômica.

Dependendo das riquezas disponíveis que vamos ter para distribuir, vai haver desigualdade social durante muitos anos, por décadas talvez e a democracia vai ser um processo muito difícil de se implantar e de se desenvolver, porque além de todas as dificuldades ainda há a burocracia estatal e o partido.

Acompanhei, de perto, o processo revolucionário cubano e posso dizer que não exista espaço revolucionário, nem movimento social de trabalhadores mais forte que o cubano. Cuba não é uma ditadura como

se diz, nem Fidel Castro é um capataz, nem é uma ditadura burocrática do PCC. É um país onde a democracia socialista tem muitos setores e níveis, onde se dá a atuação do estado, para o planejamento social, âmbito da organização de massas do partido. O PCC dirigiu o estado em Cuba, sem separação, até, praticamente, 1975.

Num país de analfabetos, essencialmente agrícola, bordel dos Estados Unidos, agredido e bloqueado durante dez anos, é claro que é difícil arrumar quadros para realizar, ao mesmo tempo, a construção de um estado, de um partido e a autorrealização dos trabalhadores, é muito difícil realizar a construção econômica, social e política do socialismo.

O Sindicato virou administrador da economia do estado e a relação entre partido e sindicalismo é de anulação do sindicato. Burocratizou-se, num desdobramento recente, o estado cubano, houve repressão contra tendências políticas surgidas dentro da revolução.

Tudo isso nós temos que reconhecer e mais que isso, sem idealismos, precisamos conhecer as causas de todos esses problemas do estado socialista, senão vamos repetir tudo outra vez, igualzinho, aqui no Brasil.

O PT, que, ainda, é um partido muito pequeno, já tem grandes problemas internos, imaginem, então, um partido do tamanho do Brasil, com a tarefa muito difícil de construir, ao mesmo tempo, um novo estado, um partido e a autorrealização dos trabalhadores.

Queremos um socialismo com vários partidos, com o estado separado do governo, com sindicatos autônomos, mas se não construímos desde agora estruturas políticas e sociais e ideias políticas correspondentes a essa proposta, não daremos conta da construção da sociedade socialista.

Desde já temos que formar quadros, criar entidades e sindicatos, correspondentes à visão socialista e na sua perspectiva. Temos que, desde já, criar partidos capazes uma relação plural; de, inclusive, separar igreja do estado. Isto não é um processo para ser feito depois da tomada do poder, que dependerá muito do que nós formos capazes de fazer desde já.

Se não criarmos um movimento socialista de trabalhadores, quem irá dirigir o Brasil socialista será o partido que tiver feito a revolução. Não adianta idealizar situações! Pior, se não criarmos o movimento socialista nas fábricas, nos bairros, se os trabalhadores não souberem como o plano e o estado capitalistas são administrados e dirigidos, se não começarmos a controlar e fiscalizar a administração capitalista; se

após a tomada do poder, os trabalhadores não forem capazes de tomar da burguesia a burocracia de governo e a administração pública e de construir sobre ela a administração socialista e se o partido não for capaz de dirigir politicamente esse processo, a burguesia domina novamente o estado.

Há, ainda, a possibilidade de, em lugar do partido, o exército passar a dirigir o estado, ainda mais num país como o Brasil, onde há necessidade de Forças Armadas Revolucionárias, é inevitável que nenhum partido conseguirá o poder sem construí-las no processo político de luta pelo poder.

Na China, por exemplo, muitas vezes não se consegue saber onde começa o partido e onde termina o resto do poder, a administração dos aparelhos do estado e da produção. Basta vermos a Revolução Cultural: começou onde? Nas Forças Armadas. Jogou-se o partido à margem desse processo, para dividi-lo. O partido, ali, é um campo de luta, entre forças ligadas ou à Marinha, ou à Centelha, à Semente, onde o poder está concentrado, ou às lideranças que dominam todo o aparelho ligado à sociedade civil.

O PT, hoje, é um partido nacional, não é mais o partido de há dois anos atrás. Nós somos um partido que saiu das fábricas, cuja construção está viabilizada, a nível nacional, como partido político. Porém, construir um partido da revolução socialista brasileira, não é só isso e não é nada fácil.

Quem conhece a experiência dos Sandinistas sabe o quanto é difícil. Eles fizeram alianças e agrupamentos, mas, em minha opinião, conseguiram resolver, na década de setenta, essas três questões: a) criar um partido revolucionário, apoiado no movimento social, onde uma parcela dos trabalhadores era hegemônica; b) ter uma política de alianças apoiadas nas forças sociais; c) manter a independência política.

Essas questões que foram e estão colocadas para os Sandinistas, são questões para o partido e não só para o estado. Creio que essas mesmas questões, também, se colocam para o PT e para a sociedade brasileira, porque não estou me limitando a pensar apenas no deslocamento, na passagem para o PT de grandes setores do eleitorado, que tradicionalmente estão com o PMDB.

Nós temos, hoje, um peso na sociedade brasileira, que nós mesmos não sabemos qual é. Não temos ideia da importância que o PT tem hoje no Brasil e do que ele está significando historicamente. No dia 15 de Novembro de 1988 podemos esperar uma votação que não corresponderá nem à base do partido, nem à sua força, nem à nossa capacidade.

O processo revolucionário brasileiro não se desenvolve no sentido clássico. É um processo de acúmulo de forças, que pode acontecer em determinados momentos, tanto em função de resultados eleitorais, quanto em situações de grandes greves, ou insurreições, quanto, ainda, em situações de combates, com avanços e recuos. É por isso, que a construção da política da direção e de toda a militância é fundamental, para o PT, porque se não mudar a qualidade do PT, nesse 'zigzag' próprio do processo de acumulação de forças da revolução socialista no Brasil, o partido é dividido ou destruído.

Enfim, a minha opinião é essa. Não subestimo a discussão sobre o que é o socialismo, mas acho que agora, no PT, nós temos que saber o que vamos fazer nos próximos cinco anos. Qual a relação que isso tem com a luta pela tomada do poder socialista. Qual a política de alianças que nós vamos ter. Como é que nós vamos construir o PT? Esse, para mim, é o nó da questão.